

# ADVOGADO

## Leia atentamente as instruções abaixo

### 1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

### 2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- **01 (uma) hora** após o início da prova é possível, retirar-se da sala levando o caderno de prova;

### 3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente **uma** delas está correta;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preenchimento;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;

- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

### SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras, bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.

---

**LÍNGUA PORTUGUESA**  
**TEXTO**

---

**Texto para responder às questões de 1 a 7.****Templo egípcio de 2 mil anos revela cenas mitológicas e “Ano Novo” divino**

Centenas de figuras e representações egípcias foram reveladas durante um trabalho de restauração do teto do Templo de Esna, estrutura erguida há cerca de 2,2 mil anos que passou por uma grande reforma há aproximadamente dois milênios, quando os romanos dominaram o Egito. As novidades foram divulgadas no último dia 16 de outubro pela Universidade de Tubinga, na Alemanha, cujos especialistas colaboraram em parceria com o Ministério de Turismo e Antiguidades do Egito para a restauração do templo ao longo de cinco anos.

Uma equipe de 30 pesquisadores limpou a sujeira e a fuligem de centenas de figuras e representações astronômicas, revelando-as em suas cores originais. “A conclusão da restauração do teto marca o primeiro e talvez mais importante marco do projeto”, diz Christian Leitz, do Instituto de Estudos do Antigo Oriente Próximo da Universidade de Tubinga, em comunicado.

Os relevos coloridos do teto mostram deuses, figuras mitológicas e representações do sol, da lua, além de signos do zodíaco e várias constelações. O teto é dividido em seis seções, cada uma com um tema. Entre eles estão o diário do sol, as fases da lua, as diferentes horas da noite e até o “Dia de Ano Novo”.

A mitologia que detalha o “Ano Novo” egípcio é representada em uma cena com divindades: Órion (que representa a constelação de mesmo nome), Sótis (nome egípcio para Sirius, a principal estrela da constelação de Cão Maior) e Anúquis (deusa da água). Os três deuses estão em barcos vizinhos com a deusa do céu, Nut, engolindo o céu noturno acima deles. “Sirius é invisível no céu noturno 70 dias por ano até que ela apareça novamente no leste”, explica Leitz. “Esse ponto era o Dia de Ano Novo no antigo Egito e também anunciava a inundação anual do Nilo.” No sistema de crenças dos egípcios, a deusa Anúquis era responsável pelo recuo das águas da inundação do Nilo cerca de 100 dias depois.”

Além das pinturas mitológicas, a restauração do templo revelou quase 200 inscrições em tinta que

eram completamente desconhecidas. Essas inscrições ajudaram os pesquisadores a identificar muitas das imagens representadas. Agora que a restauração do teto foi concluída, os pesquisadores estão limpando paredes, colunas e pronaos (área frontal) do templo. Espera-se que esse trabalho revele novas cores e particularidades de imagens, como os “tronos dos deuses” e detalhes sobre suas roupas, segundo Leitz informou em e-mail ao site Live Science. Com 37 metros de comprimento, 20 metros de largura e 15 metros de altura, o pronaos era uma estrutura de arenito colocada na frente do edifício real durante o reinado do imperador romano Cláudio (41-54 d.C.). Sua localização no centro da cidade provavelmente contribuiu para a preservação e evitou que a área fosse usada como pedreira para materiais de construção, conforme ocorreu com outros edifícios antigos durante a industrialização do Egito.

Além do templo de Esna, onde predominam as cores amarelo e vermelho nas pinturas, há outro teto de templo astronômico excepcionalmente bem preservado no Egito. Este está no templo de Dendera, cerca de 60 km ao norte de Luxor, onde as cores predominantes são o branco e o azul claro, embora alguns dos mesmos temas estejam representados.

**Revista Galileu.** (Adaptado). Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/ciencia/arqueologia/noticia/2023/10/templo-egipcio-de-2-mil-anos-revela-cenas-mitologicas-e-ano-novo-divino.ghtml>>

---

**QUESTÃO 01**

---

Considere o excerto: “O teto é dividido em seis seções, cada uma com um tema. Entre eles estão o diário do sol, as fases da lua, as diferentes horas da noite e até o “Dia de Ano Novo”.

Em termos de coesão textual, as expressões “cada uma” e “eles” são empregadas com a finalidade de:

- (A) conectar orações.
- (B) elidir o sujeito sentencial.
- (C) introduzir novos referentes na sequência textual.
- (D) retomar referentes anteriormente mencionados.
- (E) evitar a repetição de pronomes.

**QUESTÃO 02**

Considere o excerto: “há outro teto de templo astronômico excepcionalmente bem preservado no Egito. Este está no templo de Dendera, cerca de 60 km ao norte de Luxor, onde as cores predominantes são o branco e o azul claro, embora alguns dos mesmos temas estejam representados.” Levando em conta todos os advérbios e locuções adverbiais que ocorrem no excerto dado, verifica-se que por eles são expressas as noções de:

- (A) modo e intensidade.
- (B) modo e proximidade.
- (C) modo, intensidade e lugar.
- (D) intensidade e lugar.
- (D) modo, intensidade, proximidade e lugar.

**QUESTÃO 03**

Considere o excerto: “Além das pinturas mitológicas, a restauração do templo revelou quase 200 inscrições em tinta que eram completamente desconhecidas.”. Nesse contexto, a modificação denotada pela palavra “completamente”, considerando sua classe gramatical, recai principalmente sobre:

- (A) eram.
- (B) desconhecidas.
- (C) inscrições.
- (D) restauração.
- (E) pinturas mitológicas.

**QUESTÃO 04**

No contexto apresentado em “Espera-se que esse trabalho revele novas cores e particularidades de imagens, como os “tronos dos deuses”, o emprego da palavra ‘se’ marca:

- (A) a voz passiva.
- (B) a regência pronominal do verbo ‘esperar’.
- (C) a indeterminação do sujeito sentencial.
- (D) a ênfase na ação denotada pelo verbo.
- (E) a reflexividade na ação denotada pelo verbo.

**QUESTÃO 05**

Considere o excerto: “Essas inscrições ajudaram os pesquisadores a identificar muitas das imagens representadas.” No contexto dado, o verbo “**ajudar**” apresenta regência:

- (A) transitiva direta.
- (B) transitiva indireta.
- (C) intransitiva.
- (D) transitiva direta e indireta.
- (E) pronominal.

**QUESTÃO 06**

Nas palavras a seguir, retiradas do texto, verificam-se diferentes afixos que indicam processos derivacionais e flexionais de formação. Assinale a alternativa em que **todas** as palavras apresentam sufixo formador de adjetivos na língua portuguesa.

- (A) inundação; novamente; figuras.
- (B) divindades; inscrições; pesquisadores.
- (C) astronômicas; invisível; egípcias.
- (D) particularidades; especialistas; diferentes.
- (E) zodíaco; aproximadamente; restauração.

**QUESTÃO 07**

No excerto “A conclusão da restauração do teto marca o primeiro e talvez mais importante marco do projeto”, o complemento verbal sob a regência do verbo “**marca**” é:

- (A) “marco do projeto”.
- (B) “o primeiro e talvez mais importante marco do projeto”.
- (C) “o primeiro”.
- (D) “o primeiro e talvez mais importante”.
- (E) “projeto”.

### QUESTÃO 08

Considere o seguinte trecho do hino nacional brasileiro: “Gigante pela própria natureza / És belo, és forte, impávido colosso”. Nesse contexto, ao substituir “**impávido**” por cada palavra contida nas alternativas a seguir, aquela que provoca menor alteração de sentido é:

- (A) intrépido.
- (B) insólito.
- (C) insigne.
- (D) incólume.
- (E) ímpio.

### QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que uma preposição foi colocada inadequadamente entre um verbo e seu complemento.

- (A) O jurado hesitou a tomar sua decisão.
- (B) Os membros concordaram em fazer uma nova votação.
- (C) As professoras certificaram-se de que não faltem doces para a festa.
- (D) Os investidores discutiram sobre o que seria decidido para o próximo semestre.
- (E) A senhora optou entre ficar e partir.

### QUESTÃO 10

Dos vários membros de um grupo, apenas um não foi levado a uma festa e ele gostaria de saber o motivo. Assinale a alternativa em que a expressão do desejo desse membro do grupo obedece às normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa.

- (A) “Não me levaram à festa e eu gostaria de saber o porque.”
- (B) “Não sei porque não me levaram à festa. Gostaria de sabê-lo.”
- (C) “Me levaram à festa? Não. Me pergunto: por quê?”
- (D) “Por que não levaram-me à festa? Gostaria muito de saber.”
- (E) “Não me levaram à festa. Gostaria de saber por que razão.”

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 11

Acerca da disciplina constitucional para as normas jurídicas produzidas após a sua promulgação, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, não há a possibilidade de criação de normas jurídicas que detenham status de mesma hierarquia constitucional.
- (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) a dignidade da pessoa humana é um fundamento normativo implícito da República do Brasil, cuja normatividade é extraída apenas do direito internacional, da doutrina e jurisprudência nacionais.
- (D) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações é uma premissa importante sustentada por segmentos das ciências sociais, sem previsão específica no conjunto normativo brasileiro.
- (E) a Constituição não pode ser alterada, mediante proposta de emenda, visando à modificação dos direitos e garantias individuais fundamentais, nem mesmo para ampliá-los.

### QUESTÃO 12

Acerca da legitimidade para a propositura de ação visando ao controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos federais, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) estão dentre os legitimados o Presidente da República, os Deputados Federais e os Senadores Federais.
- (B) estão dentre os legitimados o Presidente da República, os Deputados Federais, os Senadores Federais e as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (C) estão dentre os legitimados os Governadores de Estado, os Deputados Estaduais e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- (D) estão dentre os legitimados o Procurador-Geral da República, os Prefeitos Municipais e as Mesas das Assembleias Legislativas Estaduais.
- (E) estão dentre os legitimados o Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o partido político com representação no Congresso Nacional.

### QUESTÃO 13

Acerca da competência material e legislativa dos Municípios, considere as seguintes assertivas:

- “I - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”;
- “II - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”;
- “III - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.”

Está CORRETO dizer ser compatível com a competência material e legislativa dos Municípios o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

### QUESTÃO 14

Acerca do regime constitucional do processo legislativo, é CORRETO afirmar:

- (A) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por seis Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) é vedada a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.
- (C) admite-se o veto tácito do Chefe do Executivo a projeto de lei, de modo que o seu silêncio importará sanção.
- (D) o sistema bicameral brasileiro implica em que o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, iniciando-se, em regra, no Senado Federal, sendo enviado à sanção ou promulgação se a Casa revisora o aprovar ou o emendar, desde que não o rejeite integralmente.
- (E) são de iniciativa de qualquer dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal os projetos de lei que versem sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

### QUESTÃO 15

“\_\_\_\_\_ é a margem de ‘liberdade’ que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos, cabíveis perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente uma solução unívoca para a situação vertente”.

O termo jurídico que adequadamente completa a assertiva doutrinária é:

- (A) livre iniciativa.
- (B) pluralismo político.
- (C) vinculação.
- (D) discricionariedade.
- (E) competência.

### QUESTÃO 16

Acerca do que dispõe a Constituição da República sobre o exercício dos direitos políticos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) o plebiscito se constitui na sujeição de projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado, ao escrutínio do povo através do voto, visando à ratificação ou rejeição de seu texto.
- (B) a improbidade administrativa é uma das causas previstas expressamente na Constituição dentre as que autorizam a suspensão dos direitos políticos.
- (C) a condenação criminal por órgão jurisdicional colegiado é uma das causas previstas expressamente na Constituição dentre as que autorizam a suspensão dos direitos políticos.
- (D) a idade mínima para a elegibilidade aos cargos de Vereador, Deputado Estadual e Prefeito é de vinte e um anos.
- (E) a Constituição da República admite a criação de partidos políticos de caráter regional, visando à proteção da cultura e da tradição das comunidades locais.

### QUESTÃO 17

Acerca dos atos e dos processos administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade, ainda que eletiva, que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- (B) das decisões administrativas não cabe recurso, via de regra, exceto se expressamente previsto em lei específica regente da espécie do ato administrativo em questão.
- (C) os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.
- (D) a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- (E) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos

### QUESTÃO 18

Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e do regime jurídico que lhes é decorrente, é **CORRETO** dizer que:

- (A) o princípio licitatório inviabiliza a sujeição de licitações públicas a restrições de participação relativas à garantia do cumprimento das obrigações, ainda que indispensáveis.
- (B) o princípio da moralidade inviabiliza, em qualquer circunstância, a acumulação remunerada de cargos públicos.
- (C) o princípio da legalidade também se relaciona com a exigência de que a remuneração de servidores públicos somente possa ser fixada ou alterada por lei específica, sendo vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) o princípio da democracia representativa inviabiliza, pelo texto constitucional vigente, o exercício direto de direitos políticos e/ou a adoção de medidas de interferência no Estado pelo cidadão sem estar representado por mandatário eleito em sufrágio universal.
- (E) o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado está implícito no ordenamento constitucional, resultando na responsabilidade civil subjetiva aplicável às pessoas jurídicas de direito público, quando seus agentes, nessa qualidade, causarem danos a terceiros nos casos de dolo ou culpa daqueles.

### QUESTÃO 19

O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Município Beta, suas autarquias e pelas fundações que porventura instituir e mantiver pertence:

- (A) cinquenta por cento ao Município Beta e cinquenta por cento à União.
- (B) integralmente ao Município Beta.
- (C) vinte e cinco por cento ao Município Beta e setenta e cinco por cento à União.
- (D) integralmente à União.
- (E) vinte e cinco por cento ao Município Beta, trinta e cinco por cento ao Estado em que situado o Município Beta e quarenta por cento à União.



### QUESTÃO 20

Acerca da repartição das receitas tributárias decorrentes do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é **CORRETO** dizer:

- (A) o seu produto pertence integralmente ao Estado.
- (B) setenta e cinco por cento de seu produto pertence aos Municípios.
- (C) cinquenta por cento de seu produto pertence aos Municípios.
- (D) vinte e cinco por cento de seu produto pertence aos Municípios.
- (E) quinze por cento de seu produto pertence aos Municípios.

### QUESTÃO 21

Acerca dos contratos de gestão celebrados pela Administração Pública, considere as seguintes assertivas:

“I - o contrato de gestão pode ser conceituado como o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade necessariamente qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades de interesse público previstas em lei”.

“II - o contrato de gestão independe, em regra, para ser celebrado, de procedimento competitivo isonômico, ainda que viável a competição no caso concreto”.

“III - é vedada a cessão de bens públicos às organizações sociais visando ao cumprimento do contrato de gestão”.

“IV - a natureza cooperativa do contrato de gestão inviabiliza cláusulas exorbitantes relativas à adoção de medidas, unilateralmente, pelo Poder Público, tais como as de desqualificação da instituição como organização social, reversão de valores entregues e aplicação de sanções contratuais”.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

### QUESTÃO 22

**NÃO** está dentre as disposições obrigatórias da lei de diretrizes orçamentárias e seus anexos:

- (A) o equilíbrio entre receitas e despesas.
- (B) as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (C) cronograma com metas específicas de redução de despesas com contratos de natureza continuada.
- (D) metas fiscais anuais, em valores correntes e constantes, relativas ao montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (E) a evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

### QUESTÃO 23

Em caso de mera impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, é **INCORRETO** afirmar que respondem solidariamente nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- (A) os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- (B) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- (C) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.
- (D) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- (E) os diretores, gerentes, mandatários, prepostos ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

**QUESTÃO 24**

O Município Beta pretende publicar edital de licitação visando à compra de 100 toneladas de materiais de construção comuns e objetivamente definidos a serem entregues à Administração ao longo dos próximos 6 (seis) meses conforme a demanda das obras públicas em andamento e, para tanto, exige dos pretensos licitantes que comprovem experiência por já terem fornecido a pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado as mesmas 100 toneladas de produtos congêneres. Acerca dessa hipótese e considerando o regime da Lei Federal n.º 14.133/2021, é correto afirmar:

(A) deve ser adotada a modalidade licitatória do Pregão e a exigência de experiência prévia é, no caso, irregular em relação ao quantitativo estabelecido, apenas.

(B) deve ser adotada a modalidade licitatória do Pregão, mas é vedada a exigência de experiência prévia em licitações.

(C) deve ser adotada a modalidade licitatória do Pregão e a exigência de experiência prévia é, no caso, válida.

(D) pode ser adotada qualquer modalidade licitatória sob o critério de julgamento do menor preço e a exigência de experiência prévia é irregular em relação ao quantitativo estabelecido, apenas.

(E) pode ser adotada qualquer modalidade licitatória sob o critério de julgamento do menor preço, mas é vedada a exigência de experiência prévia em licitações.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa INCORRETA quanto às medidas que podem ser adotadas pelo Poder Público em face do proprietário de solo urbano:

(A) exigência de adequado aproveitamento, em se tratando de proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

(B) pena de parcelamento ou edificação compulsórios, em se tratando de proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

(C) pena de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, em se tratando de proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que já sofreu pena mais branda.

(D) pena de confisco, sem direito à indenização, em se tratando de proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que já sofreu penas mais brandas.

(E) desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, em regra.

**QUESTÃO 26**

Diante de uma calamidade pública, o Município Beta precisa do uso temporário e compulsório de determinada propriedade privada visando à alocação de pessoas e bens. Considerando os institutos jurídicos relativos à intervenção do Estado na propriedade e liberdade privadas, é certo dizer, de modo específico à hipótese:

(A) ser cabível a desapropriação do bem privado.

(B) ser cabível a instituição de servidão administrativa no bem privado.

(C) ser cabível a requisição do bem privado.

(D) ser cabível o tombamento do bem privado.

(E) ser cabível o uso pelo Poder Público apenas se consensualmente cedido pelo proprietário do bem privado.



### QUESTÃO 27

Acerca do regime jurídico das ações de improbidade administrativa e das alterações promovidas pela Lei Federal n.º 14.230/2021, considere as seguintes assertivas:

“I - Eventual ordem em caráter antecedente ou incidente de indisponibilidade dos bens do réu recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita”.

“II - Se houver mais de um réu na ação, os valores declarados indisponíveis para cada um não poderão superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito, multiplicado pela quantidade de réus”.

“III - O juiz, ao apreciar o pedido de indisponibilidade de bens do réu, observará os efeitos práticos da decisão, vedada a adoção de medida capaz de acarretar prejuízo à prestação de serviços públicos”.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

### QUESTÃO 28

“Derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e incerto, resolvendo os seus efeitos já deflagrados”.

À luz do Título do Código Civil relativo ao Negócio Jurídico (Título I, do Livro III), a assertiva acima corresponde ao conceito objetivo de:

- (A) encargo.
- (B) pacto de retrovenda.
- (C) termo.
- (D) condição suspensiva.
- (E) condição resolutiva.

### QUESTÃO 29

NÃO representa hipótese de regular limitação constitucional ao poder de tributar o que se afirma em:

(A) vedação à instituição de impostos sobre o patrimônio, à renda e os serviços de pessoas jurídicas de direito público relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.

(B) vedação à instituição de impostos sobre templos de qualquer culto.

(C) vedação à instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

(D) vedação à União para instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

(E) vedação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

### QUESTÃO 30

Considere as descrições dos seguintes fatos geradores:

“I - o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

“II - transmissão ‘inter vivos’, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição”.

“III - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos”.

É fato gerador de imposto de competência de Municípios o que se descreve em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

**QUESTÃO 31**

Acerca do regime das subvenções previsto na Lei Federal n.º 4.320/1964, é CORRETO afirmar:

- (A) as subvenções sociais se caracterizam como aquelas que visam ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.
- (B) as subvenções econômicas visam à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.
- (C) o valor das subvenções sociais, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.
- (D) é vedada, em qualquer hipótese, a subvenção à pessoa jurídica de fins lucrativos.
- (E) a cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, não exige expressa inclusão nas despesas correntes do orçamento do ente subvencionador.

**QUESTÃO 32**

Acerca da prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O cômputo do prazo prescricional se inicia com o nascimento da pretensão ao seu titular.
- (B) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- (C) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma vez.
- (D) É causa interruptiva da prescrição qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (E) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

**QUESTÃO 33**

Acerca de operações de renúncia de receita, é CORRETO afirmar que:

- (A) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias, ter sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais do anexo da lei de diretrizes orçamentárias e estar acompanhada, necessariamente, de medidas de compensação.
- (B) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e, alternativamente, ter sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais do anexo da lei de diretrizes orçamentárias ou estar acompanhada de medidas de compensação.
- (C) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e estar acompanhada de medidas de compensação.
- (D) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e ter sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, não afetando as metas de resultados fiscais do anexo da lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, com vigência apenas no exercício ao da publicação da medida.

### QUESTÃO 34

Acerca dos defeitos dos negócios jurídicos conforme o regime do Código Civil Brasileiro, é CORRETO afirmar:

- (A) ocorre o erro substancial quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (B) o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado, caracterizando o dolo.
- (C) é nulo o negócio jurídico decorrente de coação moral ou relativa, caracterizada pelo vício na declaração de vontade em virtude de fundado temor de dano iminente e considerável à pessoa do declarante, à sua família ou aos seus bens.
- (D) ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (E) é anulável o negócio jurídico simulado, assim considerado o que contiver declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

### QUESTÃO 35

O adquirente que é réu, sozinho, de ação proposta contra si que tem como pretensão a reivindicação do bem que adquirira, pode se valer do seguinte mecanismo processual visando ao eventual exercício de seus direitos em face do alienante, nos termos do atual Código de Processo Civil:

- (A) chamamento ao processo.
- (B) ação de regresso pelo procedimento comum.
- (C) denunciação da lide.
- (D) cumprimento de sentença.
- (E) incidente de assistência litisconsorcial.

### QUESTÃO 36

“Na terceira e última fase de evolução do instituto, a questão desabrocha e se desenvolve no terreno próprio do direito público, pretendendo-se desvinculada de todo apoio tomado ao direito civil. (...) a responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno encontra-se hoje inteiramente fora do conceito civilista da culpa, situando-se decisivamente no campo do direito público. Efetivamente, é nesse direito, não no direito privado, que vamos localizar o fundamento da responsabilidade, que se baseia em vários princípios (equidade, política jurídica), sendo, porém, o mais importante o da igualdade de ônus e dos encargos sociais.”

“A teoria \_\_\_\_\_ faz surgir a obrigação de indenizar o dano do só ato lesivo e injusto causado à vítima pela Administração. (...) Aqui não se cogita da culpa da Administração ou de seus agentes, bastando que a vítima demonstre o fato danoso e injusto ocasionado por ação ou omissão do Poder Público.”

As assertivas doutrinárias acima se referem à responsabilidade civil do Estado. É CORRETO dizer versarem sobre:

- (A) a objetivação da culpa.
- (B) a teoria da responsabilidade civil integral.
- (C) a teoria da responsabilidade civil subjetiva.
- (D) a teoria do risco administrativo.
- (E) o abuso de direito como ato ilícito ensejador da responsabilidade civil.

### QUESTÃO 37

Sobre a decisão monocrática da presidência de tribunal que negar seguimento a Recurso Especial interposto contra acórdão que se compreenda estar em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos cabe o seguinte recurso:

- (A) recurso extraordinário.
- (B) recurso ordinário.
- (C) agravo em recurso especial.
- (D) agravo interno.
- (E) embargos de divergência.

### QUESTÃO 38

Décio (comprador) e Tício (vendedor) celebraram contrato de compra e venda de um bem imóvel que não apresentava, visualmente, nenhuma imperfeição. No entanto, 4 (quatro) meses após a celebração do negócio, Décio percebe uma infiltração, cuja causa antecede a compra, que se espalha por todo o bem. Tício conhecia o problema da infiltração antes da venda, embora não o tenha ressalvado ou informado a Décio. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa que reflete uma opção de conduta CORRETA sob a perspectiva de Décio:

- (A) Décio pode reclamar abatimento do preço, com a restituição, pelo alienante, do que recebeu a mais, com perdas e danos.
- (B) Décio pode reclamar abatimento do preço, com a restituição, pelo alienante, do que recebeu a mais, sem perdas e danos em virtude da culpa concorrente de Décio na avaliação da coisa ao celebrar o negócio jurídico.
- (C) Décio pode enjeitar a coisa, sendo-lhe restituído o que pagou, sem perdas e danos ou despesas do contrato, em virtude de sua culpa concorrente na avaliação da coisa ao celebrar o negócio jurídico.
- (D) Décio apenas pode enjeitar a coisa, sendo-lhe vedada eventual pretensão simultânea à preservação da compra e venda.
- (D) Décio não tem pretensão contra Tício, haja vista a decadência de seu direito de obter a redibição.
- (E) se Tício não tivesse conhecimento do vício, restaria obstaculizado o direito de Décio em enjeitar a coisa.

### QUESTÃO 39

Acerca do disposto no Código de Processo Civil, considere as seguintes assertivas:

“I - O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

“II - Os processos em que a Fazenda Pública seja parte se constituem em exceção à regra de que os juízes e os tribunais devem atender, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”.

“III - É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

**QUESTÃO 40**

Considerando o regime de proteção das áreas de preservação permanente ambiental instituído pela Lei Federal n.º 12.651/2012, é CORRETO dizer:

(A) será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

(B) tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário ou possuidor a qualquer título da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados em lei, obrigação de natureza real e transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

(C) a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de baixo impacto ambiental previstas em Lei.

(D) não é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água, exceto se houver prévia autorização governamental, para a qual serão considerados o impacto ambiental da medida e a necessidade do requerente.

(E) consideram-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 (trinta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura.

**QUESTÃO 41**

Acerca do Título “Do Crime” previsto no Código Penal, é CORRETO dizer:

(A) o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa, de modo que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.

(B) não é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, haja vista a incidência do elemento subjetivo culposo na hipótese putativa, bastante, em regra, para a punição.

(C) o desconhecimento da lei é inescusável, sem que o erro sobre a ilicitude do fato possa influir na punição.

(D) no fato cometido em estrita obediência a ordem, ainda que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da ordem.

(E) pelo resultado que agrava especialmente a pena, respondem, necessariamente, todos os agentes que concorrem para o crime.

### QUESTÃO 42

Acerca do regime jurídico das tutelas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:

(A) no procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente não deve ser indicado o valor da causa na petição inicial, o qual integrará o aditamento com a confirmação do pedido de tutela final a ser promovido em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar após a concessão da tutela antecipada.

(B) no procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente não há, em regra, contestação do réu antes da decisão do juiz.

(C) a tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

(D) a tutela antecipada requerida em caráter antecedente e concedida pelo juiz pode ser revogada em sentença na mesma ação, ainda que não interposto o respectivo recurso ao tempo daquela.

(E) a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável, recusando a pretensão, após a cognição exauriente, da parte que postulou pela tutela de urgência antes concedida.

### QUESTÃO 43

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, é CORRETO dizer que a Reclamação tem como objeto de tutela:

(A) a garantia da autoridade das decisões de tribunal.

(B) a impugnação de decisão proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.

(C) a proteção à coisa julgada.

(D) a não violação manifesta à norma jurídica.

(E) a impugnação de decisão fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

### QUESTÃO 44

DÉCIO propõe ação popular impugnando ato lesivo ao patrimônio público no âmbito do Município BETA. Referida ação é julgada improcedente, com apreciação de mérito, por deficiência de provas, dando-se o trânsito em julgado da decisão. Ato contínuo, TÍCIO pretende propor ação popular impugnando o mesmo ato, porém detém mais provas de suas alegações. Diante desta hipótese, é CORRETO afirmar:

(A) a pretensão de TÍCIO deverá ser extinta sem resolução de mérito, pois a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

(B) a pretensão de TÍCIO deverá ser extinta sem resolução de mérito, pois a coisa julgada torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

(C) a pretensão de TÍCIO deverá ser conhecida pois a sentença em ações populares não terá eficácia oponível "erga omnes" no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, caso em que qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(D) a pretensão de TÍCIO apenas é viável sob espécies processuais que visem especificamente à desconstituição da coisa julgada, como a ação rescisória, por exemplo.

(E) a pretensão de TÍCIO apenas é viável se a decisão da ação proposta por DÉCIO não tiver apreciado o seu mérito ou não tiver sido proferida por órgão colegiado de tribunal.



**QUESTÃO 45**

Acerca do regime jurídico das ações civis públicas, disciplinado pela Lei Federal n.º 7.347/1985, considere as seguintes assertivas:

“I – Tem legitimidade para propor a ação principal a associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 2 (dois) anos, nos termos da lei civil, e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.”

“II - Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.”

“III - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**QUESTÃO 46**

Acerca das diretrizes nacionais para o saneamento básico estabelecidas na Lei Federal n.º 11.445/2007, é CORRETO afirmar:

(A) a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará, dentre as suas diretrizes, a elaboração de projetos que viabilizem necessariamente a percepção de lucro em padrão de mercado pela entidade responsável pela prestação dos serviços.

(B) a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará, dentre as suas diretrizes, a vedação a subsídios tarifários visando à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

(C) as taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar o consumo de água do contribuinte ou usuário.

(D) a cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como o consumo individual dos usuários, vedada a hipótese distintiva por nível de renda.

(E) as taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são de proposição facultativa pelos órgãos públicos, sem obrigações de índole orçamentária em caso de não proposição, haja vista o dever de custeio ordinário pelos impostos arrecadados dos contribuintes.

### QUESTÃO 47

Acerca da prescrição em matéria penal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 23 (vinte e três) anos, ou, na data da sentença, maior de 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) a reincidência é causa impeditiva da prescrição do crime anterior.
- (C) a prescrição começa a correr do dia em que iniciado o crime, quando permanente.
- (D) aplica-se à multa, aplicada como única pena, o mesmo prazo de prescrição da pena privativa de liberdade.
- (E) a prescrição não corre enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime.

### QUESTÃO 48

DÉCIO e TÍCIO concorrem para o cometimento de crime sujeito à pena máxima privativa de liberdade de oito anos, em 01º de janeiro de 2014. Em 10 de setembro de 2022 foi apresentada denúncia contra DÉCIO, apenas, recebida pelo juiz em 10 de janeiro de 2023. Diante desse caso hipotético, é CORRETO afirmar:

- (A) a pretensão punitiva está prescrita ao tempo do recebimento da denúncia, para TÍCIO, apenas.
- (B) a pretensão punitiva está prescrita ao tempo do recebimento da denúncia, para DÉCIO e TÍCIO.
- (C) a pretensão punitiva não está prescrita e o recebimento da denúncia suspende o prazo prescricional contra DÉCIO e TÍCIO.
- (D) a pretensão punitiva não está prescrita e o recebimento da denúncia interrompe o prazo prescricional contra DÉCIO e TÍCIO.
- (E) a pretensão punitiva não está prescrita e o recebimento da denúncia interrompe o prazo prescricional contra DÉCIO, apenas.

### QUESTÃO 49

Acerca dos crimes de responsabilidade de Prefeitos, previstos no Decreto-Lei n.º 201/1967, é CORRETO dizer:

- (A) sujeitarem-se ao julgamento do Poder Judiciário, apenas se houver prévia condenação pela Câmara de Vereadores.
- (B) sujeitarem-se ao julgamento da Câmara de Vereadores, cuja condenação acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.
- (C) sujeitarem-se ao julgamento do Poder Judiciário, independente de pronunciamento da Câmara de Vereadores, cuja condenação acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de doze anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.
- (D) sujeitarem-se ao julgamento do Poder Judiciário, independente de pronunciamento da Câmara de Vereadores, cuja condenação, para a hipótese delitiva de apropriar-se de bens ou rendas públicas ou desviá-los em proveito próprio ou alheio é punida com a pena de reclusão, de dois a doze anos.
- (E) sujeitarem-se ao julgamento da Câmara de Vereadores, diante de sua natureza infracional político-administrativa, cuja condenação importa na cassação do mandato.

---

**QUESTÃO 50**

---

Acerca do acesso a informações no âmbito da Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

- (A) os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- (B) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicos, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e a fundamentação para o interesse.
- (C) o serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
- (D) são suscetíveis de restrição as informações que possam, dentre outras hipóteses previstas em lei, oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- (E) as informações pessoais são protegidas, porém a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

---

**PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)**

---

**- ENUNCIADO DO PARECER:**

O Município de Alfa veiculou Chamamento Público visando à seleção de entidade qualificada como organização social, em seu âmbito, para a celebração de contrato de gestão de uma unidade de ensino integral, englobando os serviços de promoção do ensino, cessão de mão de obra, fornecimento de material escolar, uniformes e alimentação, em atendidos os pressupostos técnicos fixados em edital de convocação ao chamamento e plano de trabalho que lhe serviu como anexo.

O contrato de gestão foi, afinal, celebrado, tendo os serviços se iniciado em 1º de janeiro de 2023, com a regular matrícula dos alunos e desenvolvimento do período letivo.

Por decorrência do trâmite de inquérito civil iniciado ainda na fase de publicação do Edital, o Ministério Público Estadual propôs ação, em 1º de setembro de 2023, alegando antijuridicidade nos procedimentos da Administração Pública Municipal. Sustentou, em síntese, que os serviços de ensino não são suscetíveis de contratualização com a iniciativa privada, mas apenas de execução mediante pessoal submetido a concurso público e com a aplicação de insumos contratados através de licitações públicas específicas. Alegou, ademais, que ainda que se considerasse possível a pretensão de contratualização, o Chamamento Público e o plano de trabalho realizados pelo Município estavam viciados porque restringiram a participação apenas a entidades qualificadas como organizações sociais, ao invés de permitirem ampla participação a instituições com e sem fins lucrativos; exigiram regularidade fiscal, índices de demonstração de saúde financeira e comprovação de experiência pelas participantes, restringindo, indevidamente, a competição; previram pagamento antecipado à contratada da parcela mensal a ser aplicada nos serviços sob gestão; e, em seu regime obrigacional, há a cessão, indevida, de um bem imóvel público para a operação a encargo da contratada.

O Ministério Público Estadual pleiteou pela concessão de tutela de urgência ao MM. Magistrado.

O Excelentíssimo Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa decidiu pela suspensão imediata do contrato de gestão, alegando que, das razões expostas pelo Requerente, vislumbra-se probabilidade do direito e risco ao resultado útil do processo bastantes.

Diante de tal contexto, na condição de Procurador(a) do Município Alfa, tendo este sido citado da pretensão autoral a da decisão provisória supracitada, adote a medida prevista pela legislação processual com o intuito de buscar a reforma urgente da decisão do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Alfa.

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 10 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

**Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.**

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	



62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

